

O 'dentro' e o 'fora' do trabalho feminino: entre os papéis de mãe, esposa e trabalhadora

The 'inside' and the 'outside' of female work: Between the roles of mother, wife and worker

Edla Eggert
edla@unisinos.br

Marcia Alves da Silva
prof.marciaalves07@gmail.com

Resumo: Neste artigo analisamos alguns papéis exercidos por muitas mulheres – mais especificamente os de mãe, esposa e trabalhadora –, abordando aspectos que anunciam novos desafios. Nessa proposta, procuramos olhar para o novo de forma a relativizá-lo, pois existem elementos que mascaram velhas estruturas de dominação na relação entre os sexos. Para isso, dialogamos com produções que abordam a temática da divisão sexual do trabalho, pois percebemos nela uma categoria central para nossas reflexões. Aliamos estas contribuições com a produção latino-americana, visando a uma apropriação da dinâmica localizada ao sul, ainda muito marcada pelo patriarcado, pois, para além de se constatar desigualdades entre homens e mulheres, o importante é compreender a natureza do sistema que dá origem a elas.

Palavras-chave: gênero, mulheres trabalhadoras, divisão sexual do trabalho, família.

Abstract: In this article we intend to analyze some roles played out by many women – more specifically the roles of mother, wife and worker – approaching aspects that announce new challenges. In this proposal, we wish to look at the new in a way of relativizing it, since there are elements that mask old structures of domination in the relation between the gender. In order to accomplish that, we seek to dialog with productions that approach the issue of gender division of labor, since we notice in it a central category for our reflections. We wish to connect those contributions with the Latin American production, seeking an appropriation of the dynamics localized in the south, still much marked by patriarchy, since besides noticing the inequalities between men and women, first it is important to understand the nature of the system that originates them.

Key words: gender, working women, sexual division of labor, family.

Introdução: ainda a opressão como ferramenta de análise

Partimos de uma premissa baseada em argumentos como os da antropóloga mexicana Marcela Lagarde y de los Rios¹ (2005, p. 97), que afirma:

[...] la opresión de las mujeres se define por un conjunto articulado de características enmarcadas en la situación de subordinación, dependencia vital y discriminación de las mujeres en sus relaciones con los hombres, en el conjunto de la sociedad y en el Estado.

Além disso, a autora caracteriza como dominantes as formas de expressão da opressão, quando diz que “la opresión de las mujeres se expresa y se funda en la desigualdad económica, política, social y cultural de las mujeres” (Lagarde y de los Rios, 2005, p. 98). Portanto, nesse processo de caracterização da opressão que as mulheres experienciam, não existe um único processo de opressão, mas sim diferentes modos de expressão desse processo. No entanto, Lagarde y de los Rios (2005) afirma que todas as mulheres sofrem um processo de dupla opressão pelo capital: perante os homens e, ainda, perante o conjunto da sociedade e do Estado, o qual as deixa em uma posição de subordinación, discriminación e dependência, constituindo-se em produtoras subordinadas ao capital e sujeitas ao poder patriarcal, pela dominación masculina.

Assim, para entender a opressão das mulheres é necessário examinar as estruturas de poder da sociedade, sendo estas identificadas como a estrutura de classes capitalistas, aliada à ordem hierárquica do mundo mas-

culino e do feminino do patriarcado. Dessa forma, o patriarcado capitalista, enquanto sistema hierárquico explorador e opressor, recorre da opressão sexual e de classe.

Este artigo se vale da tentativa de estabelecer uma aproximação com a temática das mulheres no mundo atual, relativizando o alcance de algumas conquistas – principalmente advindas do mundo trabalho. Para isso, nos propomos a abordar alguns papéis sociais exercidos pelas mulheres, como os de mãe, esposa e trabalhadora, procurando perceber as implicações que essa configuração gera na dinâmica da vida social das mulheres na contemporaneidade. Essa iniciativa partiu da experiência investigativa que encaminhamos com mulheres trabalhadoras, em diversos momentos de nossas trajetórias.

Insistimos com a palavra opressão por entendermos que ela de fato existe. Não há como negar essa realidade, portanto, por mais que estejamos no limiar das construções e desconstruções de paradigmas, entendemos que o feminismo é a ação política de um movimento e nele se mantêm estudos que ampliam o debate sobre a opressão. Não na visão binária, mas de *relações de opressão* que se constroem nas mais diversas formas nas relações entre homens e mulheres, mulheres e mulheres, homens e homens, classes sociais e relações étnico-raciais. Conforme Toledo (2008), a opressão é uma categoria diferente de exploração. Enquanto a primeira é cultural e social, gerando uma situação de discriminação, podendo atingir mulheres de diversas classes sociais, a exploração é um fato econômico e dá origem à divisão da sociedade em classes (Toledo, 2008, p. 16).

A categoria de *madresposa*

Utilizamos a denominação *madresposa* para designar a configuração do conjunto dos papéis de mãe e esposa, a partir do conceito utilizado pela antropóloga Marcela Lagarde y de los Rios. São os papéis atribuídos que a autora denomina de *madresposas*, em que

Su representación ideológica lo define como atributo genérico de las mujeres. De tal manera que aquellas mujeres que no reproducen a los otros son consideradas menos mujeres, menos femeninas. Los papeles, las actividades y el trabajo derivados de la sobreespecialización genérica impregnan y dan contenido a la identidad femenina (Lagarde y de los Rios, 2005, p. 121).

No entanto, a autora ressalta que o processo de reprodução realizado pelas *madresposas* não se esgota na reprodução da força de trabalho, mas envolve aspectos diversos da existência dos indivíduos, da sociedade e da cultura, como formas particulares de sentir, de estar, de conceber crenças e saberes, de produzir linguagens específicas. As mulheres realizam uma múltipla jornada de trabalho, tanto produtiva como reprodutiva. Produtiva enquanto jornada pública de trabalho, sendo assalariada ou não, e ainda a jornada privada de trabalho reprodutiva nos lares. Essas jornadas estão constituídas por diferentes condições, pois a jornada de trabalho pública está delimitada no tempo, no espaço, em hierarquias, em atividades etc. O trabalho no espaço privado, por sua vez, constitui a jornada doméstica, concebida na sociedade em geral como atividades

¹ Neste trabalho, realizamos uma leitura que contempla o pensamento da antropóloga Marcela Lagarde y de los Rios que apresenta uma análise antropológica da mulher mexicana, e entendemos que a mesma leitura pode ser relacionada com a realidade latino-americana. Manteremos as citações da referida autora na língua espanhola, conforme a obra original.

próprias do sexo feminino e, portanto, compreendidas como naturais.

Salientamos que na perspectiva da autora, todas as mulheres são *madresposas* – mesmo as que não tiveram filhos nem marido –, pois todas são e estão articuladas em torno da maternidade e do matrimônio, enquanto eixos socioculturais e políticos que definem a condição de gênero das mulheres, pois existem mulheres que são esposas de seus pais e/ou mães de seus irmãos ou de seus amigos; além do caso das esposas que exercem o papel de mãe de seu próprio cônjuge. Portanto, todas as mulheres, de uma forma ou outra, vivem a condição de *madresposas*.

Desde a mais tenra idade, as meninas são preparadas para cumprir seu papel de *madresposa*, processo encadeado pela própria mãe que se qualifica como mentora inconsciente ou consciente. Conforme Lagarde y de los Rios (2005, p. 428), “la hija recibe con asistencia de la madre la preparación necesaria para seguir perpetuando el sistema de relaciones patriarcal en el seno del cual será por una generación más una esclava” (Em torno da procriação se construiu a maternidade como uma experiência natural, fundamental e existencial para todas as mulheres.

A *madresposa* trabalhadora

Nas mais diversas sociedades humanas, os papéis desempenhados por homens e mulheres sempre estiveram relacionados, de uma forma ou de outra, à divisão social do trabalho, isto é, ao papel que cada um cumpria no modo de produção vigente. Dessa forma, podemos afirmar que as socializações na família, na escola e no trabalho se combinam para a reprodução das relações sociais construindo-se, dessa forma, o perfil da *madresposa*. As razões da permanência da atribuição do trabalho

doméstico às mulheres, mesmo no contexto atual de reconfiguração das relações sociais de sexo, continuam como um desafio às análises das relações sociais de sexo. Isso ocorre de tal forma que, mesmo as mulheres plenamente conscientes da opressão e da desigualdade da divisão do trabalho doméstico, como as feministas, as sindicalistas e as militantes políticas, continuam a se incumbir do essencial desse trabalho doméstico. Para entendermos essa dinâmica, é importante definir nossa compreensão de divisão sexual do trabalho. Para isso, fazemos uso da conceituação de Hirata e Kergoat (2007), ao afirmarem que:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (Hirata e Kergoat, 2007, p. 599).

Lagarde y de los Rios (2005) aborda o trabalho como uma das categorias utilizadas em sua investigação sobre as mulheres mexicanas. Partindo das contribuições marxistas, afirma que o trabalho define a relação dos seres humanos com a natureza em dois sentidos: num deles, os seres humanos se apropriam da natureza mediante o trabalho, visando humanizá-lo. Em outro, põem em ação a natureza historicizada em seus corpos.

A partir dessa compreensão, a autora questiona sobre o fato da divisão do trabalho ser natural ou historicamente constituída. A compreensão de que homens e mulheres pertencentes as mais diversas sociedades se dediquem

a diferentes atividades é compreendida como inerente à diferenciação sexual. Essa compreensão está relacionada com especificidades físicas, intelectuais, emocionais, de acordo com cada sexo. É, portanto, dessa forma que as ideologias sexistas compreendem a relação sexo e trabalho. Assim, as mais diversas sociedades têm criado grupos sociais distintos em função do acesso ao trabalho e do tipo de atividades, explicando como divisões naturais do trabalho são, portanto, imutáveis. Em função desse caráter a-histórico e inerte, as ideologias sexistas e racistas, de cunho biológico, são as que têm se mantido por maior tempo e com maior êxito na reprodução das ordens sociais. Também Saffioti (1987) tem denunciado o caráter de naturalização desse processo há algum tempo, conforme citação a seguir:

A sociedade investe muito na naturalização deste processo. Isto é, tenta fazer crer que a atribuição do espaço doméstico à mulher decorre de sua capacidade de ser mãe. De acordo com esse pensamento, é natural que a mulher se dedique aos afazeres domésticos, aí compreendida a socialização dos filhos, como é natural sua capacidade de conceber e dar à luz (Saffioti, 1987, p. 9).

A homologação das atividades exercidas pelas mulheres como naturais leva a definir a essência de qualquer trabalho feminino como sexual, biológico, e, portanto, não social. Essa concepção a-histórica e naturalista que anula o trabalho da mulher contém de maneira implícita uma tese central sobre a evolução humana, a qual se refere ao fato de que, se o trabalho da mulher não existe em separado da natureza, então só uma parte da humanidade evoluiu socialmente: os homens, e no qual “[...] la mujer es entonces ideologizada como instintiva y sexual, como ente viviente que cumple funciones natu-

rales, y que obedece sin voluntad ni conciencia a la naturaleza” (Lagarde y de los Rios, 2005, p. 117).

Essa autora mostra como as mulheres participam das relações de produção e de reprodução social e cultural da humanidade, pois elas reproduzem a sociedade e a cultura, a partir de processos que ocorrem como reposição cotidiana de condições vitais, repetindo relações sociais e políticas, e institucionais, além de espaços materiais e culturais de vida. A partir de seu ponto de vista, a autora afirma o caráter produtivo e reprodutivo da mulher. É produtivo porque a mulher gesta os seres humanos; é reprodutivo porque reproduz condições essenciais para a vida humana pelo cotidiano e porque reproduz de forma física, econômica, ideológica, afetiva, erótica e política. No entanto, esse trabalho, que ela denomina reposição cotidiana é produtivo também porque produz a mercadoria força de trabalho.

Nogueira (2006) também aborda o trabalho feminino, tanto no espaço produtivo como no espaço reprodutivo. Em uma de suas obras, desenvolve a categoria trabalho ao longo do processo histórico e, com ele, a sua divisão sexual no espaço produtivo e reprodutivo, afirmando que:

A desigualdade na divisão sexual do trabalho nas esferas produtiva e reprodutiva, portanto, é central para as relações de poder, principalmente o poder exercido pelos homens sobre as mulheres, presente na estrutura da família patriarcal (Nogueira, 2006, p. 28-29).

Mesmo assim, a maior parte do trabalho feminino não é visto como trabalho social, pois se refere ao chamado trabalho doméstico, como cuidado com os filhos, com o marido e com as atividades de manutenção da residência.

Lagarde y de los Rios (2005) identifica o movimento feminista

marxista como a primeira concepção que deixou de caracterizar o trabalho enquanto um atributo de domínio sexual masculino. Nesse sentido, define trabalho como um conjunto de atividades consideradas naturais das mulheres.

Desde la visión feminista del mundo, el trabajo forma parte de las cualidades genéricas históricamente determinadas de los individuos y de los grupos sociales. El trabajo es un espacio creativo social y cultural: es un conjunto de actividades, de capacidades y destrezas, de conocimientos y sabiduría, de relaciones sociales, de normas, de concepciones, de tradiciones y de creencias, que realizan los seres humanos para vivir, transformando la naturaleza, la sociedad y la cultura (Lagarde y de los Rios, 2005, p. 114).

O trabalho doméstico está frequentemente relacionado à feminilidade, sendo, portanto, de responsabilidade das mulheres e cabe fundamentalmente a elas sua execução. Compreendemos o trabalho doméstico como fundamental para a manutenção da vida em sociedade, pois este trabalho está intimamente relacionado à família, a qual se configura como uma importante instituição social em todas as sociedades conhecidas. No entanto, somente com a industrialização é que se torna visível o trabalho feminino, pois o trabalho fabril (fora do âmbito do lar) remete a mulheres ocupando outros espaços, fazendo-as transitar bem mais pelos espaços públicos, retirando-as, até certo ponto, dos limites demarcados pelo espaço doméstico.

O processo de industrialização, advindo do Capitalismo, fomenta a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, grande parte em virtude das necessidades de formação de mão de obra qualificada para os postos de trabalho nas fábricas. Como o trabalho doméstico é desvalorizado

frente à lógica do capital industrial, percebido como um trabalho manual e, portanto (dentro dessa perspectiva), como trabalho desqualificado, torna-se alvo de discriminações, estereótipos e menosprezo. A isso se soma toda uma intenção de manutenção da permanência das mulheres nos lares, para isso valorizando-se a sua importância na criação dos filhos, no cuidado com a casa e o marido, enfim, na defesa de toda uma estrutura social anteriormente definida que delimitava os espaços femininos, dominando-os e controlando-os.

No ensaio de Mauro Luis Iasi denominado *Trabalho doméstico e valor* (2007), o autor levanta uma ampla discussão sobre o trabalho doméstico. No texto, o autor afirma que o trabalho doméstico realiza um serviço que agrega um valor à força de trabalho, pois se refere ao trabalho concreto que produz o valor incorporado na manutenção e reposição da força de trabalho. Nessa perspectiva, podemos afirmar que o trabalho doméstico é um processo de trabalho que não gera mais valor, produzindo diretamente mais-valia. No entanto, trata-se de um serviço que produz parte do valor da força de trabalho, referente a sua manutenção cotidiana, contribuindo, assim, indiretamente ao processo de acúmulo de mais-valia. Além disso, o autor conclui que o trabalho doméstico, por ter sido exercido majoritariamente por mulheres, tem seu vínculo com o sistema capitalista obscurecido, pois

Seria assim por demais incômodo encontrar-se cruelmente diante de relações de família que reproduzem o ser humano como mercadoria e, mais do que isso, aceitar o fato de que são mulheres, desde muito condenadas a papéis acessórios, aquelas que participam com o trabalho doméstico na produção de parte do valor da mercadoria mais importante para todo o sistema (Iasi, 2007, p. 140).

O fato é que, apesar de todas as resistências e subterfúgios, o ingresso das mulheres em postos de trabalho fora do ambiente familiar aconteceu, no entanto, de forma subalterna e na periferia do modelo do capital. Um estudo recente realizado por Bruschini e Lombardi (2000), aponta essa característica. Este estudo é oriundo de pesquisa com base em várias fontes de dados estatísticos e analisa a participação das mulheres no mercado de trabalho em dois polos opostos de atividade. O primeiro abriga as ocupações de má qualidade quanto aos níveis de rendimento, formalização das relações e proteção no trabalho, sendo selecionado como objeto de estudo o emprego doméstico. Nos anos 1990, esse segmento manteve algumas das marcas de precariedade que sempre o caracterizaram, como as longas jornadas de trabalho, os baixíssimos níveis de rendimento e de formalização, embora em relação a esses dois últimos aspectos haja alguns sinais promissores de mudanças. No segundo polo, composto por ocupações caracterizadas por níveis mais elevados de formalização, de rendimentos e de proteção, foram selecionadas algumas carreiras universitárias específicas, como a Engenharia, a Arquitetura, a Medicina e o Direito. Os dados revelaram que as mulheres que ingressaram nessas profissões são mais jovens do que as empregadas domésticas. No mais, seu perfil de inserção ocupacional é muito semelhante ao dos homens, exceção feita aos rendimentos. Seguindo um padrão de gênero encontrado no mercado de trabalho, os ganhos femininos são sempre inferiores aos masculinos. No entanto, apesar de estarem adentrando novos e promissores espaços de trabalho,

nem por isso essas mulheres deixam de estar sujeitas a padrões diferenciados por gênero, entre os quais a discriminação salarial é apenas o mais evidente: em todas as profissões analisadas a tônica é o menor patamar de ganhos femininos quando comparado ao masculino. Por outro lado, é no trabalho das empregadas domésticas que as profissionais de nível superior irão se apoiar para poder se dedicar à própria carreira. Este é o elo fundamental que une os dois polos analisados.

Nogueira (2005), em texto que aborda as recentes tendências do trabalho feminino, em particular após o processo de reestruturação produtiva, desencadeada nas últimas décadas do século XX (especialmente no advento do neoliberalismo), apresenta dados que comprovam o processo de precarização do trabalho em geral, e do trabalho feminino em particular.

A partir de dados referentes ao trabalho feminino em países da Europa, América Latina e Brasil, e utilizando como categorias as diferenças salariais, a jornada de trabalho (trabalho em tempo integral ou parcial), o emprego temporário, o subemprego e o desemprego, a autora afirma que, nas décadas de 80 e 90, a mundialização do capital formulou diversos efeitos, os quais afetaram desigualmente o emprego feminino e o masculino. No que se refere ao emprego masculino, houve uma estagnação e/ou até mesmo uma regressão, enquanto o emprego e o trabalho feminino remunerado cresceram. Paradoxalmente, apesar de ocorrer um aumento da inserção da mulher trabalhadora nos espaços produtivos, ele se revela majoritariamente nas esferas em que predominam os empregos precários e vulneráveis.

Durante os anos de 1960, as mulheres representavam 30% da população ativa europeia; em 1996, 42,5%. Mas, apesar do crescimento da inserção da mulher no mundo do trabalho, essa tendência ocorre nos espaços em que a precarização é mais acentuada, como por exemplo, no trabalho em tempo parcial, ou ainda, com grande diferenciação salarial². Na América Latina, apesar de se verificar que também ocorre um processo de feminização do trabalho, existem especificidades próprias dos países de capitalismo subordinado como, por exemplo, na Colômbia onde, de 1990 a 1997, houve uma redução da força de trabalho masculina de 58,6% para 51,9%, enquanto que a mão de obra feminina cresceu de 41,4% para 48,1% no mesmo período. Podemos citar também o caso do Uruguai, que, em 1986, os homens compunham 60% da força de trabalho e, em 1997, foi para 55%, considerando que o índice de mulheres trabalhadoras aumentou de 40% para 45% no mesmo período, confirmando, de igual modo, a predominância masculina (Nogueira, 2005).

De acordo com a autora, a tendência da feminização e precarização do trabalho também está presente quando se analisa o Brasil. No período compreendido entre 1981 a 1998 ocorreu um crescimento da população economicamente ativa feminina, chegando a alcançar 111,5% de aumento, percentual muito mais acentuado que o masculino. A proporção do aumento de mulheres em relação aos trabalhadores é nítida, salta de 31,3% em 1981, para 40,6% em 1998. Nesse mesmo período ocorreu o contrário com os homens, que recuam de 68,7% em 1981 para 59,3% em 1998.

² A respeito da diferenciação salarial na Europa, a autora denota que pesquisas referentes ao ano 1995 indicam a Dinamarca (11,9%) e a Suécia (13%) entre os países com pequena diferença salarial. A Espanha (26%), Reino Unido (26,3%), Portugal (28,3%), Países Baixos (29,4%) e Grécia (32%) encontram-se entre aqueles com níveis de diferenciação bem mais acentuados.

No que diz respeito à jornada de trabalho, podemos afirmar que quanto menor é o tempo de trabalho, maior é a presença feminina. Por exemplo, na jornada de trabalho de 40 a 44 horas semanal, encontramos 7.760.331 milhões de mulheres. Para a mesma quantidade de horas trabalhadas, a presença masculina é quase o dobro, totalizando 14.882.407 milhões. Se aumentarmos ainda mais as horas trabalhadas para 49 horas ou mais, observamos que a relação praticamente triplica: os homens se encontram na faixa de 10.645.768 milhões, e as mulheres na faixa de 3.689.793 milhões. No entanto, para os trabalhos de até 14 horas semanais, os dados mostram que são 3.414.902 milhões de mulheres contra 1.001.156 milhões de homens, e nas atividades de 15 a 39 horas temos 9.620.116 milhões de mulheres e 6.546.326 milhões de homens. Isso confirma a tendência mundial de apresentar a mulher como majoritária nas jornadas de trabalho parciais, ou seja, falar sobre trabalho em tempo parcial é, em grande medida, falar em trabalho feminino e não falar do trabalho invisível do cuidado com a casa e a família e, nesse caso, definido pelas feministas marxistas como trabalho social. Marcela Lagarde lembra que as feministas marxistas marcaram fortemente esse debate (Lagarde y de los Rios, 2005, p. 114).

Considerações finais

Os dados mostram que, no contexto da flexibilização do trabalho, da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais, os índices de inserção das mulheres continuam ocorrendo. Portanto, a questão que se mantém e que se apresenta como um desafio é a de como compatibilizar o acesso ao trabalho pelas mulheres, que por certo faz parte do processo de emancipação feminina, com a eliminação das desigualdades

existentes na divisão sexual do trabalho, uma vez que essa situação de desigualdade entre trabalhadores e trabalhadoras atende ou integra-se aos interesses do capital. E isso ocorre porque o capital, além de reduzir ao limite o salário feminino, também necessita do tempo de trabalho das mulheres na esfera reprodutiva, cumprindo os papéis sociais fundamentais para a realização de seu ciclo produtivo, ou seja, de serem as *madresposas*. Contudo, ficam questões não respondidas sobre como as mulheres feministas têm analisado essa realidade com base num olhar mais sociohistórico? O que de fato significou politizar o privado? Será que o privado foi de fato politizado? Tornou-se um elemento de escuta constante sobre quem se solidariza com quem? Ou é uma questão de divisão de tarefas única e exclusivamente? E o que significa o cuidado com o outro? O que significa o gesto de importar-se com o outro e a outra? Como desconstruir essa *madresposa*? O que reconstruir no lugar dela?

Os estudos de gênero, na contemporaneidade, pretendem atribuir às representações e às simbologias um caráter autônomo e desprendido dos modos de produção sociais. Termos como gênero e cidadania passaram a pautar as discussões sobre mulheres, e conceitos como trabalhadores e classes sociais foram jogados no obscurantismo, passando a ser considerados superados pelos novos paradigmas científicos e pela globalização.

Segundo Carson (1995, p. 209), “a identidade de gênero das mulheres em um tempo e em um espaço historicamente determinados é produto da articulação específica de três eixos: (i) A maternidade e o ser mãe; (ii) O matrimônio e o ser esposa; (iii) O trabalho e o ser trabalhadora ou profissional”.

Concluimos afirmando que a condição feminina não pode ser ana-

lisada fora do marco de classe, mas concordamos com Carson (1995, p. 190) quando diz que a opressão se manifesta de diversas formas na vida das mulheres e essas formas são variadas conforme “a esfera social na qual ocorre (estatal, institucional, trabalhista, educativa, doméstica, afetiva, sexual)”. Entendemos que as mulheres não constituem uma classe social à parte, elas estão separadas em classes sociais diferentes. Seguimos Toledo (2008, p. 14) quando afirma que “[...] nada dentro do sistema capitalista poderá uni-las numa ‘irmandade’, nem mesmo a opressão secular que sofrem enquanto mulheres”. Sem a devida compreensão da temática classista, o máximo a que se pode chegar são pautas de lutas por direitos específicos de caráter reformista, como ocorreu no movimento sufragista no início do século passado. As representações, as ideias, os signos, os símbolos, assim como o gênero e a cidadania enquanto tais, são estabelecidos em um meio social determinado e é a concretude da vida que os criam. E não o contrário. Ao estudarmos o conceito de *madresposa*, observamos que, nessa identidade quase fixa, as mulheres ultrapassam a temática de classe. E então percebemos a força da cultura entremeada com o discurso das religiões, principalmente as monoteístas. Portanto, quando analisamos nossos contextos, há um movimento que se apresenta numa dialética tensionando cada afirmação. É na precarização do trabalho feminino que vemos a força da lógica capitalista, mas é na violência doméstica que constatamos a democracia da opressão que é invisibilizada pela estrutura dos casamentos abençoados por um Deus androcêntrico, bem como na identidade de um feminino patriarcal (Eggert, 2006; Lagarde y de los Rios, 2005; Pisano, 2001), especialmente considerado na função materna que a manutenção de lógicas de controle

são ensinadas para as meninas e para os meninos, a fim de serem adultos que estejam coesos na sociedade heterossexual entendida como normal.

Referências

- BRUSCHINI, M.C.; LOMBARDI, M.R. 2000. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. *Cadernos de Pesquisa*, **110**:67-104.
- CARSON, A.C. 1995. Entrelaçando consensos: reflexões sobre a dimensão social da identidade de gênero da mulher. *Cadernos Pagu*, **4**:187-218.
- EGGERT, E. 2006. Supremacia da masculinidade: questões iniciais para um debate sobre violência contra mulheres e educação. *Cadernos de Educação (UFPEl)*, **15**:223-232.
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. 2007. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, **37**(132):595-609.
- IASI, M.L. 2007. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo, Expressão Popular, 176 p.
- LAGARDE Y DE LOS RIOS, M. 2005. *Los cautiveros de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas*. 4ª ed., México, UNAM, 884 p.
- NOGUEIRA, C.M. 2005. A Feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização. *Revista Espaço Acadêmico*, **44**. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/>, acesso em: 06/07/2008.
- NOGUEIRA, C.M. 2006. *O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução*. São Paulo, Expressão Popular, 240 p.
- PISANO, M. 2001. El triunfo de la masculinidad. Disponível em: <http://www.creatividadfeminista.org/articulos/masculinidad.htm>, acesso em: 07/07/2009.
- SAFFIOTI, H. 1987. *O poder do macho*. São Paulo, Moderna, 120 p.
- TOLEDO, C. 2008. *Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide*. 2ª ed., São Paulo, Sundermann, 152 p.

Submetido em: 09/09/2009

Aceito em: 09/12/2009

Edla Eggert
Unisinós
Av. Unisinós, 950, Cristo Rei
93022-000, São Leopoldo, RS, Brasil

Marcia Alves da Silva
Faculdade de Educação/FaE/UFPEl
Rua Alberto Rosa, 154
96010-770 Pelotas, RS, Brasil